

Brasil só tem dez anos e uma chance para salvar a Amazônia

Brasília — Isaac Amorim

Nani Rubin

MANAUS — "Temos menos de dez anos para resolver os problemas da Amazônia. Não haverá uma segunda chance para a região." A afirmativa, aparentemente alarmista, foi feita por Thomas Lovejoy, diretor de Assuntos Externos da Smithsonian Institution, um complexo de institutos de pesquisa com sede em Washington, no último dia do congresso Necessidades, Pesquisas e Estratégias para o Desenvolvimento Auto-sustentável da Amazônia. Lovejoy sugeriu que países ricos financiem reflorestamento em países pobres, e que a dívida externa brasileira possa ser convertida em recursos para projetos ecológicos, a exemplo do que já vem sendo feito em outros países da América Latina, como Venezuela, Equador e Peru.

Para o cientista, não é mais possível pensar no meio ambiente a não ser em níveis globais. "Temos um planeta com febre e nós estamos adoecendo", disse, referindo-se à temperatura média da Terra, 0,5 grau celsius maior do que antes da época pré-industrial. "Não parece um grande número, mas é significativo. Com certeza vão ocorrer várias mudanças, e de forma rápida, com vezes mais rápida do que nos últimos cem milhões de anos". Lovejoy frisou que as conseqüências serão sentidas em todos os países do mundo. "Seria um desastre biológico. Por isso temos que desistir rapidamente de poluir a atmosfera", alertou.

Sugestões — Essa desistência incluiria seu próprio país, Estados Unidos, responsável, segundo ele, por 20% de total anual de CO2 despejado na atmosfera. Lovejoy citou dados do pesquisador José Goldemberg: Segundo o reitor da USP, o Brasil ocupa o quarto lugar entre os poluidores, contribuindo com 343 milhões de toneladas do gás, grande parte produzida pelas queimadas.

Lovejoy sugeriu várias medidas para conter o processo de destruição do meio ambiente da Amazônia: um zoneamento ecológico e econômico, com a inclusão de padrões biogeográficos; encarar como prioridade o sistema e os recursos aquáticos, fazendo o zoneamento das várzeas dos rios; a implantação de um sistema de proteção antes de projetos de desenvolvimento — "qualquer quilômetro a mais de rodovia na Amazônia seria um erro, já que não se pode fiscalizar", disse — com a inclusão de toda a área do mato, e não só a Amazônia Legal, o que, segundo ele, minimiza o problema.

Por último, o pesquisador propôs a resolução dos problemas sócio-econômicos da região, para se chegar a um manejo auto-sustentável, e a conversão da dívida externa em projetos de meio ambiente. "Mas a iniciativa tem que partir daqui. Não é como a compra do Acre", disse, numa alusão ao espírito nacionalista que tem se manifestado nessa questão.



Lovejoy acha que ainda há esperanças para a Amazônia

Inpe mantém dado sobre queimada

MANAUS — O pesquisador Alberto Setzer, do Instituto Nacional de Pesquisas (Inpe), rebateu as acusações do Ibama, de que estaria sonhando e supervalorizando informações sobre queimadas na Região Amazônica. Ele garantiu que a margem de erro das informações do satélite NOAA-11, responsável pelos registros de focos de incêndios, é bem pequena.

Segundo ele, o Inpe usa informações do satélite (80%) e de pilotos da aviação civil. "Noventa e seis por cento dos casos relatados pelo Inpe estavam corretos", disse Alberto Setzer. Ele citou dois enganos do satélite: "Os fiscais foram parar em baterias de forno de carvão. Mas mesmo assim ficaram felizes, pois os fornos eram ilegais e seus donos acabaram multados".

Setzer justificou a escolha do satélite NOAA, criticado pelo Ibama por, eventualmente, confundir calor de fornos e "telhados de zinco" com queimadas. "O NOAA registra o mesmo local diariamente, enquanto que o Landsat só volta aos locais de 16 em 16 dias. Admitiu, entretanto, que a imagem do Landsat é mais nítida.

"Tivemos que optar, na escolha do satélite, entre ter uma resolução muito grande, mas a intervalos maiores, ou imagens menos definidas, mas diárias", explicou Setzer.

Cientista propõe saída energética

O diretor da área de energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, José Roberto Moreira, fez duras críticas à política energética brasileira, especialmente no que diz respeito aos programas de exploração dos recursos hídricos da Amazônia. Segundo ele, as precauções ambientais não são suficientes para impedir que esses projetos afetem o ecossistema regional e as populações de áreas próximas. Moreira criticou ainda o investimento em usinas nucleares: "Elas já demonstraram ser perigosas, causadoras de catástrofes ambientais", disse.

O pesquisador sugeriu algumas alternativas para o programa energético do país. Para ele, Brasil e Argentina poderiam construir, através de Itaipu, 500 quilômetros de linhas de transmissão de cada lado para trocar energia, com a vantagem, para o Brasil, de compartilhar o sistema térmico e nuclear argentino, já que o sistema brasileiro é quase totalmente hidráulico. Outras alternativas seriam a utilização do gás natural, cuja produção mundial, segundo Moreira, deve superar em 1990 a produção petrolífera e a cana-de-açúcar, cuja safra atual, ainda segundo o pesquisador, poderia contribuir para gerar mais da metade do consumo de energia atual do país.